devolução do valor de R\$-6.050,04 (seis mil, cinquenta reais e quatro centavos), devidamente corrigido e acrescido de juros até a data de seu efetivo recolhimento, aplicar-lhe a multa de R\$1.000,00 (um mil reais) pelo dano causado ao erário. Os valores supracitados deverão ser recolhidos no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado, obedecendo para pagamento da multa aplicada o disposto na Lei Estadual nº 7.086/2008 c/c os arts. 2º IV e 3º da Resolução nº 17.492/2008-TCE.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito e da multa imputada, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 56.345

(Processo n.º 2011/52378-7)

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio n.º 128/2010 firmado entre a ASSOCIAÇÃO CACHOEIRENSE DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA e a ALEPA.

Responsável: NAZARENO CORDEIRO LIMA – Presidente à época.

Relator: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento nos art. 56, inciso III, alínea “d”, c/c os arts. 62, 82 e 83, incisos VIII, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012:

1) Julgar irregulares as contas e condenar o Sr. NAZARENO CORDEIRO LIMA (CPF: 251.937.242-72), ex-presidente da Associação Cachoeirense de Pessoas Portadoras de Deficiência, à devolução de R\$5.000,00 (cinco mil reais), devidamente atualizada a partir de 26/08/2010 e acrescida de juros até o seu efetivo recolhimento;

2) Aplicar-lhe as multas de R\$500,00 (quinhentos reais), pelo dano ao Erário Estadual, e R\$1.000,00 (um mil reais), pela intempestividade na apresentação da prestação de contas, que deverão ser recolhidas na forma como dispõe a Lei Estadual n.º 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE n.º 17.492/2008.

3) Deixar de acatar as sugestões do Ministério Público de Contas: a) No sentido de responsabilizar solidariamente a entidade conveniente, visto que constam nos autos extratos bancários com saldos zerados, presumindo que os recursos não se encontram à disposição da entidade;

b) A responsabilização da Sra. Lindomara dos Santos Carvalho Fernandes, uma vez que o Relatório de Acompanhamento e Fiscalização foi apresentado;

c) Quanto à expedição de determinação à ALEPA, pois o Legislativo Estadual, seguindo orientação emanada desta Corte de Contas, vem se abstendo de firmar repasse voluntário de recursos públicos por meio de convênios.

Os valores supramencionados deverão ser recolhidos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito imputado e da cominação de multas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 56.346

(Processo n.º 2006/50200-8)

Assunto: Tomada de Contas referente ao Convênio n.º 014/2004 e Termos Aditivos, firmados entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE BREVES e a SETEPS.

Responsável: Sr. LUIZ FURTADO REBELO, Prefeito à época.

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, por maioria, nos termos do voto do Relator, com fundamento nos art. 56, inciso III, alínea “d”, da Lei Complementar n.º 81 de 26 de abril de 2012:

1) Julgar irregulares as contas e condenar o Sr. LUIZ FURTADO REBELO, ex-Prefeito municipal de Breves, CPF nº 103.568.592-72, à devolução aos cofres públicos estaduais do valor de R\$36.900,00 (trinta e seis mil e novecentos reais) corrigido monetariamente a partir de 31.03.2005 e acrescido de juros até a data de seu efetivo recolhimento;

2) Deixar de aplicar as multas de caráter punitivo aos Srs. Luiz Furtado Rebelo e José Haroldo Teixeira, face a Prescrição Intercorrente da prescrição punitiva.

3) Que sejam apurados os fatos que deram causa a prescrição intercorrente.

O valor acima mencionado deverá ser recolhido no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito imputado, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 56.347

(Processo n.º. 2012/50810-0)

Assunto: Tomada de Contas referente ao Convênio n.º. 028/2008 e Termo Aditivo, firmados entre a CONSELHO ADMINISTRATIVO PERMANENTE DA REDE OUTEIRO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL e a ALEPA.

Responsável: Sra. VALDEREZ MARIA RODRIGUES CARREIRA – Presidente à época

Responsabilidade Solidária: CONSELHO ADMINISTRATIVO PERMANENTE DA REDE OUTEIRO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL

Relator: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, por maioria, nos termos do voto Relator, com fundamento no art. 56, inciso III, alínea “a”, c/c os arts. 62, 82, parágrafo único, e 83, inciso VIII, da Lei Complementar n.º 81 de 26 de abril de 2012:

1) Julgar irregulares as contas de responsabilidade da Sra. VALDEREZ MARIA RODRIGUES CARREIRA, Presidente à época CPF nº.105.596.552-15, e condená-la solidariamente com o CONSELHO ADMINISTRATIVO PERMANENTE DA REDE OUTEIRO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL, CNPJ nº 07.905.446/0001-04, à devolverem aos cofres públicos estaduais o valor de R\$-80.000,00 (oitenta mil reais), devidamente corrigidos a partir de 28.11.2008 e acrescido de juros até o seu efetivo recolhimento;

2) Aplicar a Sra. VALDEREZ MARIA RODRIGUES CARREIRA, as multas de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), pelo dano ao erário e R\$ 1.000,00 (um mil reais) pela instauração da tomada de contas;

3) Determinar, após o trânsito em julgado o encaminhamento de cópia dos presentes autos ao Ministério Público Estadual para que adoção das medidas legais cabíveis.

Os valores supramencionados deverão ser recolhidos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado, obedecendo para pagamento das multas aplicadas o disposto na Lei Estadual n.º 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE n.º 17.492/2008.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa, decorrente do débito imputado e da cominação das multas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 56.348

(Processo n.º. 2012/50835-9)

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio n.º. 041/2008, firmado entre a UNIÃO DOS VEREADORES DO SUL E SUDESTE DO PARÁ e a ALEPA.

Responsável: Sr. DENIZETE ALVES DA SILVA – Presidente à época.

Responsável Solidário: UNIÃO DOS VEREADORES DO SUL E SUDESTE DO PARÁ.

Relator: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, por maioria, de acordo com o voto do Relator, com fundamento no Art. 56, inciso III, alíneas “b” e “d”, c/c os arts. 62, 82, parágrafo único e 83, inciso VIII, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012:

Julgar irregulares as contas de responsabilidade do Sr. DENIZETE ALVES DA SILVA (CPF: 479.136.571-20), Presidente à época, condenando-a solidariamente com a UNIÃO DOS VEREADORES DO SUL E SUDESTE DO PARÁ (CNPJ: 04.572.271/0001-72), à devolução aos cofres públicos estaduais do valor de R\$24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais), devidamente corrigido a partir de 04/02/2009 e acrescido de juros até a data de seu efetivo recolhimento;

2-Aplicar ao Sr. DENIZETE ALVES DA SILVA, as multas nos valores de R\$ 2.450,00 (dois mil, quatrocentos e cinquenta reais), pelo débito apontado e R\$ 1.000,00 (um mil reais) pela instauração da tomada de contas;

3-Determinar, após o trânsito em julgado da decisão, o encaminhamento dos autos ao Ministério Público Estadual para que sejam tomadas as medidas legais cabíveis, tendo em vista que a ausência de prestação de contas caracteriza ato de improbidade administrativa.

Os valores supracitados deverão ser recolhidos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado, obedecendo para recolhimento das multas aplicadas, ao disposto na Lei Estadual nº 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE n.º 17.492/2008.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito apontado e das cominações de multas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 56.349

(Processo n.º. 2013/50997-0)

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio n.º. 259/2009 e Termo Aditivo, firmados entre a ASSOCIAÇÃO COR – CIDADANIA, ORGULHO e RESPEITO e a SECULT.

Responsável: MARCELO BRITO DE CARVALHO – Coordenador Geral, à época.

Relator: Conselheiro LUIS DA CUNHA TEIXEIRA ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, de acordo com o voto do Relator, com fundamento no Art. 56, inciso III, c/c o art. 83, incisos VII e VIII, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012;

Julgar irregulares as contas e condenar o Sr. MARCELO BRITO DE CARVALHO (CPF: 615.140.552-87), ex-coordenador da Associação COR – Cidadania, Orgulho e Respeito, a devolução ao Erário Estadual do valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais), devidamente corrigido a partir de 08/10/2009 e acrescido de juros até o seu efetivo recolhimento;

Aplicar-lhe as multas de R\$1.000,00 (mil reais) pelo dano ao erário e R\$766,00 (setecentos e sessenta e seis reais), pela instauração da tomada de contas, à serem recolhidas na forma como dispõe na Lei Estadual nº 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE n.º. 17.492/2008;

Os valores supracitados deverão ser recolhidos no prazo de trinta (30) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito e das cominações de multas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 56.350

(Processo n.º. 2013/51214-7)

Requerente: Tomada de Contas referente ao Convênio n.º. 122/2009 firmado entre o CONSELHO ESCOLAR DA E.R.C. PEDRO MARQUES DE MESQUITA e a SEDUC.

Responsável: LUIZ AYRES DE MENEZES – Coordenador, à época.

Proposta de Decisão: Conselheira Substituta MILENE DIAS DA CUNHA.

Formalizador da Decisão: Conselheiro ODILON INÁCIO TEIXEIRA (§ 3º do art. 191 do Regimento Interno).

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta da Relatora, com fundamento no art. 56, inciso III, alíneas “b” “c” e “d”, c/c os arts. 62, 82, parágrafo único, e 83, incisos III e VIII, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012:

1) Julgar irregulares as contas e condenar o Sr. LUIZ AYRES DE MENEZES, (CPF: 028.560.502-04), ex-coordenador do Conselho Escolar da E.R.C. Pedro Marques de Mesquita, à devolução de R\$8.700,00 (oito mil e setecentos reais), atualizada monetariamente a partir de 09/02/2009 e acrescida de juros de mora até o seu efetivo recolhimento;

2) Aplicar-lhe as multas de R\$1.740,00 (um mil e setecentos e quarenta reais), pelo dano causado ao Erário estadual, e R\$906,19 (novecentos e seis reais e dezenove centavos), pela instauração da tomada de contas;

3) Aplicar multa à Sra. IRACY DE ALMEIDA GALLO RITZMANN (CPF: 208.367.322-00), Ex-Secretária da SEDUC, no valor de R\$906,19 (novecentos e seis reais e dezenove centavos), em face da não comprovação de acompanhamento e supervisão da execução do objeto conveniado e posterior emissão do laudo conclusivo.

4) Determinar à SEGER que encaminhe cópia desta decisão ao MPE, para adoção das medidas que julgar necessárias, e à SEDUC e à AGE, para conhecimento.

Os valores supramencionados deverão ser recolhidos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado, obedecendo para pagamento das multas aplicadas o que dispõe a Lei Estadual n.º 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE n.º 17.492/2008.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito imputado e das multas aplicadas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 56.351

(Processo n.º. 2013/53142-5)

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio n.º. 345/2008, firmados entre a UNIÃO DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS DE BELÉM e a SEDUC.

Responsável: Sr. DAMIÃO GILBERTO ARAÚJO DE OLIVEIRA – Presidente à época.

Proposta de Decisão: Conselheira Substituta MILENE DIAS DA CUNHA

Formalizador da Decisão: Conselheiro LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA (§ 3º do art. 191 do Regimento Interno)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, por maioria, nos termos do voto do Conselheiro Luís da Cunha Teixeira, com fundamento no art. 56, inciso III, alínea “a”, c/c os arts. 62, 82, parágrafo único, e 83, inciso VIII, da Lei